



A IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA HISTÓRICA NA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO OLHAR SOB O PROCESSO DE FUNDAÇÃO DA CIDADE DE CARANGOLA (MG)

Luís Ricardo Soares Wenceslau¹
Leonardo Civale²

RESUMO

Este trabalho apresenta considerações de uma pesquisa em andamento, que está sendo desenvolvida no mestrado acadêmico em Geografia da Universidade Federal de Viçosa, campus Viçosa, que trata da formação das primeiras vilas e cidades nos Sertões do Leste no século XIX. Neste sentido, a partir de um recorte espacial específico e de uma experiência prática, tem-se a proposta deste artigo, interessado em demonstrar a importância da Geografia Histórica na construção de um novo olhar acerca das narrativas oficiais construídas sob o processo de fundação da cidade de Carangola (MG); que em seus poucos registros e estórias apontaram contradições e/ou apagamentos sobre as possíveis estratégias eclesiais e das elites agrárias ao construir a Igreja Matriz de Santa Luzia enquanto objeto de emancipação política e para desenvolvimento econômico e religioso desse lugar, mesmo com a existência da pioneira Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Palavras-chave: Carangola (MG); Geografia Histórica; Igreja de Santa Luzia; Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

RESUMEN

Este trabajo presenta consideraciones de una investigación en curso, que se está desarrollando en la maestría académica en Geografía de la Universidad Federal de Viçosa, campus Viçosa, que trata de la formación de los primeros pueblos y ciudades de las Sertões do Leste en el siglo XIX. . En este sentido, a partir de un recorte espacial específico y una experiencia práctica, se ha propuesto este artículo, interesado en demostrar la importancia de la Geografía Histórica en la construcción de una nueva mirada a las narrativas oficiales construidas bajo el proceso de fundación de la ciudad desde Carangola (MG); que en sus escasos registros e historias señalaron contradicciones y/o supresiones sobre las posibles estrategias eclesiales y élites agrarias a la hora de construir la Iglesia Matriz de Santa Luzia como objeto de emancipación política y para el desarrollo económico y religioso de ese lugar, aun con la existencia de la pionera Iglesia de Nuestra Señora del Rosario.

Palabras clave: Carangola (MG); Geografía histórica; Iglesia de Santa Luzia; Iglesia de Nuestra Señora del Rosario.

¹ Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa, Campus Viçosa - UFV, luisricardosoareswen@gmail.com;

² Doutor em Geografia; Professor do Departameneto de Geografia da Universidade Federal de Viçosa, Campus Viçosa - UFV, civale@ufv.br.



INTRODUÇÃO

É preciso, em primeiro lugar, enfatizar que o presente trabalho é fruto de uma pesquisa em andamento, que está sendo desenvolvida no mestrado acadêmico em Geografia da Universidade Federal de Viçosa, campus Viçosa. O estudo em questão, trata da formação das primeiras vilas nos Sertões do Leste no século XIX, tendo como foco a cidade de Carangola (MG). Sendo assim, a partir de um recorte espacial específico e de uma experiência prática, tem-se a proposta deste artigo, interessado em demonstrar a importância da Geografia Histórica na construção de um novo olhar acerca das narrativas oficiais construídas sob o processo de fundação da cidade de Carangola (MG), que além de escassas apresentaram-se contraditórias e/ou colonialistas.

Cabe inicialmente uma nota explicativa do porquê da escolha do tema e qual a sua pertinência. Acredita-se que, para pensar o espaço em um tempo pretérito se faz necessário considerar as continuidades e as discontinuidades do processo histórico, o que requer uma demarcação temporal e espacial da problemática a ser analisada. Assim sendo, para analisar o processo de fundação de cidades no Brasil, deve-se entender que isso não ocorreu de forma linear e que a maioria desses núcleos de povoamento surgiram a partir da relação institucional entre o Estado e a Igreja Católica.

Essa instituição religiosa, adquiriu relevância na história das cidades brasileiras porque desde os primórdios da colonização, a coroa portuguesa exigia que um proprietário –ou um conjunto deles – sesmeiros ou posseiros - doasse uma porção de suas terras para a formação do patrimônio do santo de devoção daquele lugar. Só depois dessa ação, a Igreja auxiliaria no desenvolvimento do local, pois era sua principal função naquele momento, catequizar e expandir os domínios da coroa. Depois do arraial estar organizado pelos eclesiásticos, ou seja, reconhecido pela Santa Sé, a presença do poder civil se manifestava com a cobrança do dizimo e promovendo o arrendamento do local.

Diante disso, observa-se que a configuração dos antigos assentamentos coloniais demonstrava o nítido entrelaçamento entre Estado-Igreja, na qual, na maioria das vezes, as normas eclesiásticas eram seguidas com maior fidelidade. Esse período é marcado pela expansão das territorialidades católica sob o regime do padroado, “ definido como a soma de privilégios e vantagens concedidas pelo papa ao grão-mestre da Ordem de Cristo em favor da dilatação da fé e da manutenção do culto” (FRIDMAN, 2009, p.94). Com isso,



o monarca promovia a criação de dioceses e paróquias, corroborando com a melhora dos assentamentos e remuneração do clero. Há pelo menos um forte indício de que a capela e o sacerdote poderiam se tornar instrumentos de poder nas mãos dos fazendeiros, visto que o reconhecimento religioso trazia prestígio e valorização de suas terras.

Sob tal perspectiva, observa-se a formação de polos cristãos fundados pela Igreja em parceria com as elites fundiárias, apontam para a existência de uma rede urbana desenvolvida a partir de estratégias territoriais de fazendeiros e agentes religiosos. Nesse ínterim, destaca-se a necessidade de análise do processo de fundação da cidade de Carangola (MG), pois segundos as fontes isso ocorre a partir da construção da Igreja Matriz de Santa Luzia em 1859, tendo como motivação o fim da necessidade da população carangolense assistir missa na Igreja de sua antiga freguesia, reduto de um partido político distinto do que defendia sua elite, sendo, portanto, inaceitável continuar se deslocando para o local para fins religiosos.

As bibliografias oficiais sobre o local são escassas, restringindo-se às contribuições de (CARELLI, 2002); (GAZETA DE CARANGOLA, 1882); IBGE (2017); e das obras de (MERCADANTE, 1990-2003). Essas fontes, em seus apontamentos revelaram possibilidades de estudos para além dos registros colonialistas, pois, evidenciaram que já existia uma ermida em Carangola (MG), construída em 1857, cujo orago era Nossa Senhora do Rosário, conhecida nacionalmente pela proteção dos povos afro-brasileiros, quando ocorreu o pedido de criação da matriz. Essa informação invalida as motivações apresentadas por essas bibliografias, ou seja, que José Moreira e sua mulher Maria do Carmo Novaes juntamente com Manoel José da Silva Novaes e sua mulher Umbelina Rosa de Jesus, moradores e donos de terra daquela localidade haviam adquirido e doado para Francisco Pereira de Souza, possível monarca da região, uma grande extensão de terras, para serem cedidas à Diocesana de Mariana para o pedido de provisão da matriz por motivações apenas de cunho político religioso, um mito que construiu o imaginário a identidade da cidade, pois os indivíduos teoricamente já tinham um espaço católico sagrado.

Neste sentido, o presente trabalho se alicerça sob as bases da Geografia Histórica a fim de compreender um recorte temporal específico. Essa base epistemológica funciona como um instrumento norteador para a operação intelectual pretérita, uma vez que esta tem como principal característica estabelecer uma relação efetiva e coerente entre o tempo e o espaço na formação histórica de um território. Trata-se de um importante instrumento



de operacionalização que permite compreender que cada período histórico corresponde à configuração de um jogo peculiar de forças sociais, que transforma a materialidade e a identidade dos variados sujeitos envolvidos no espaço-tempo. Contudo, esse processo alicerça-se com os estudos culturais, uma vez que concebe o fenômeno religioso como uma manifestação subjetiva dos indivíduos no espaço, capaz de modificar as espacialidades ao longo do tempo e de produzir narrativas históricas.

Acredita-se que apresentar a importância de tal fundamentação epistemológica propiciará uma melhor compreensão do processo de construção de pequenas cidades mineiras, àquelas com de forte relação com o gerenciamento territorial que a Igreja Católica promoveu nas terras luso-brasileiras. Em suma, busca-se, mesmo que em caráter introdutório, repensar teoricamente a historiografia carangolense, apresentando suas lacunas explicativas e as estratégias de expansão advinda de grupos dominantes. Tal análise evidencia a importância da Geografia Histórica enquanto ferramenta analítica, visto que os espaços atuais são “acumulações desiguais de tempos” (SANTOS, 2006) e reverbera a necessidade de novos aprofundamentos.

Visando atender o objetivo proposto no âmbito da Geografia Histórica, o presente trabalho será discorrido à luz de três capítulos de discussão temática: II) Contribuições da Geografia Histórica para o estudo das cidades brasileiras; III) Da catequização à expansão – entendendo as estratégias de formação territorial brasileira sob o regime do padroado III) Nos livros uma memória, nas entrelinhas outro passado: invisibilizações do processo de fundação da cidade de Carangola (MG).

1- CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA HISTÓRICA E DA AFROCENTRICIDADE PARA O ESTUDO DAS CIDADES BRASILEIRAS

“A paisagem urbana reúne e associa pedaços de tempo materializados de forma diversa” (Milton Santos, 2006)

A cidade é um centro de convergência de diversas formas de interação social, um eixo de sucessões onde tudo se relaciona, um espaço que produz individualidades e ao mesmo as aglutinam na construção coletiva. Assim sendo, é antes de tudo produto histórico, pois apresenta formas e necessidades de vários atores em variadas temporalidades, na qual passado e presente se confundem. Sua materialidade é a “base na qual se estabelecem ‘mapas de significados’” (CORRÊA, 2012, p.137), um conjunto de



vivências que cartografam as paisagens pelas suas formas de uso. Conjunto de percepções visuais urbanas, que também devem ser considerados como territórios fabricados e habitados, “um tipo de Geografia objetiva, uma escrita na superfície da Terra, produto nem sempre consciente nem intencional das atividades humanas” (BESSE, 2014, p.27-28), que de certa forma simbolizam espacialmente um grupo humano.

Sob tal perspectiva, pode-se observar que determinados aspectos que estiveram presentes na “fundação/estruturação” das cidades brasileiras ainda são possíveis de serem observados nas paisagens contemporâneas, pois a “herança material permanece [...] e sobre esses restos de uma sucessão de elaborações, vai se sobreimpor o novo conjunto de técnicas característico do período atual”. (SANTOS, 2006, p. 154). Dessa maneira, se a Geografia coloca-se como um campo de conhecimento preocupado com a dimensão espacial da sociedade, os geógrafos não podem mais limitar-se ao estudo do presente, visto que seu objeto de estudo (relação homem-natureza) é resultado de variadas temporalidades e espacialidades criadas e recriadas simultaneamente.

Neste sentido, a Geografia Histórica adquiri relevância, pois além de estabelecer uma relação entre espacialidades presentes e pretéritas, ainda que, a realidade, mesmo a do passado imediato, seja irrecuperável. (LOWENTHAL, 1998). Para tanto, seu pesquisador “busca metodologias apropriadas e esforça-se em refletir a categoria tempo, a fim de fornecer subsídios à abordagem espacial e temporal” (ERTHAL, 2003. p.30). Se a geografia só estuda o presente, a geografia histórica apresenta o presente que existiu e hoje se tornou passado.

Mesmo com sua relevância atual, esse campo de pesquisa nem sempre foi valorizado na ciência geográfica, apresentando em sua trajetória acadêmica momentos de uso e outros de banalização. Como parte do não reconhecimento, principalmente no Brasil, a Geografia passou a tratar unicamente do presente, “todo e qualquer estudo relacionado ao passado deveria ser relegado à história. Isto, [...] parece ter funcionado como uma maneira da geografia garantir um lugar só seu, no amplo espectro das ciências sociais” (SILVA, 2012, p.1). Essa perspectiva, acabou por produzir estudos muito descritivos, pois definiu-se que caberia a História narrar os fatos e a Geografia especializar os fenômenos, ou seja, “uma se concentrava em objetos imateriais (ou “ideais”) tais como pensamentos e ações humanos, enquanto a outra se concentrava em objetos materiais (...)” (PHILO, 1996, apud, MAIA, 2019, p.2).



Apenas quando os historiadores e geógrafos, por influência da Escola dos Annales na metade do século XX, deram-se conta da necessidade de aplicar em suas pesquisas as noções de tempo e espaço, que surgiu a Geo-História, campo de estudos que introduz a geografia como base de “leitura para a história, e ao trazer o espaço para primeiro plano e não mais tratá-lo como mero teatro de operações — e sim como o próprio sujeito da História — possibilita o exame da longa duração” (BARROS, 2006, p.467). Apesar de alimentada pela história, a Geografia Histórica não se confunde com a mesma, pois se distingue no método de análise e na categorização das escalas e fenômenos que compõem as partes de uma totalidade. Assim sendo, quando houve essa interdisciplinaridade, esse novo campo de pesquisa ganhou força e já em 1950 começava a apresentar muitos trabalhos na área.

Há que se registrar, que de maneira geral a evolução da Geografia histórica de certa forma acompanha a o desenvolvimento da história do pensamento geográfico. Mesmo esse não sendo o foco principal desse capítulo, é válido destacar alguns pontos que marcaram essa trajetória. No momento supracitado – 1950 – esse campo de pesquisa baseava-se nos estudos mais tradicionais, evidenciando forte apego na descrição exaustiva dos fenômenos que aconteciam no substrato material, muito motivado por essa fragmentação com História. Posteriormente, com a chamada Nova Geografia, a Geo-História é colocada em segundo plano pela racionalização matemática e pelo uso da tecnologia e cartografias, encaradas como mais eficiente para racionalização do espaço. Porém, os geógrafos históricos puderam utilizar desse arsenal tecnológico para armazenar uma grande quantidade de documentos que hoje são de grande importância.

Com o aparecimento da Geografia Nova ou Radical, temos importantes avanços oferecidos, *a priori*, através do materialismo histórico e dialético, na qual vários conceitos-chaves (modo de produção, mais-valia, modo de produção, entre outros) foram apresentados para o entendimento do espaço-geográfico. Porém, as contribuições não se limitaram a essa epistemologia, pois com novas aspirações, a partir de 1970, surge o pensamento humanístico. Com o interesse do geógrafo se ampliando para ação que determinada prática cultural imprime no espaço, ocorre um maior interesse pela Geografia Histórica, devido a abertura de novos conceitos, métodos e temáticas que envolvem o desenvolvimento socioespacial aos interstícios temporais – passado, presente e futuro.



Diante do exposto, foi possível entender que a Geografia histórica é de fundamental importância para aqueles que querem entender com profundidade a realidade de uma cidade. Embora seu processo de consolidação enquanto campo de estudos tenha sido tênue, atualmente o que propõe-se com seu uso é a realização de uma geografia no tempo, buscando entender o presente através dos fragmentos do passado, no qual o geógrafo tem o trabalho de “discernir através de uma geografia retrospectiva, o que, num dado ponto do passado, era, então, o presente” (SANTOS, 2004, apud SILVA, 2012, p.2). Porém, esse estudos requerem alguns cuidados e exigências, pois, os documentos que auxiliam nos seus estudos sobre o pretérito não são neutros, “o passado é o que você lembra, imagina que lembra, convence a si mesmo que lembra, ou finge lembrar” (PINTER, 1974, apud LOWENTHAL, 1998, p.75). Deste modo, é tarefa do geógrafo desconfiar dos vestígios que encontra, pois nem tudo se recorda através da memória ou se tem certeza a partir de seus fragmentos/fontes.

A vista disso, observa-se que são os anseios ou inquietações da sociedade em seu tempo presente, mediada pela objetividade das pesquisas, que permitem o entendimento de uma pequena história de um espaço, ou seja, de uma realidade atemporal. Isso acontece porque não vivenciamos essa espacialidade em sua existência passada e sim por suas narrativas fragmentadas no presente, sejam elas adquiridas nos vestígios materiais ou imateriais. Essa prerrogativa também corrobora com o desconhecimento profundo do pretérito, pois estamos vendo o objeto por outras lentes e não pela sua realidade factual. Assim sendo, é necessário sempre fazer uma análise crítica sobre esse fenômeno estudado que estamos evocando por meio da Geografia Histórica, evitando cair em anacronismos, reflexões e sistematizações fora de contexto, pois o passado nunca pode ser tão conhecido como o presente, devido a dissolução de suas etapas retrospectivas.

Sob tal perspectiva, o método, o uso de categorias de análise e o recorte escalar, são primordiais para realizar uma operação intelectual crítica. Portanto, é fundamental “definir quais os conceitos e variáveis adequados à análise do tempo que se decidiu estudar, procurando recuperar o quadro referencial maior daquele lugar, naquele tempo, ou seja, o seu enquadramento espaço-temporal” (ABREU, 1998, apud SILVA, 2012, p.3). Não se trata apenas reunir fragmentos, é necessário contextualiza-los, evitando colocar questões presentes nas circunstâncias, pois cada temporalidade segue uma lógica ou ordem. A escala analítica não limita-se à representação cartográfica, ela é uma estratégia para entender com maior complexidade uma espacialidade, que posteriormente



poderá auxiliar no entendimento de novas problemáticas, visto que existem tantas geografias quanto forem os sujeitos, tantos fenômenos quanto forem seus tempos.

Pensando nisso, aponta-se aqui alguns cuidados e estratégias que podem ser adotados para entender com maior profundidade a espacialidade que deseja-se estudar: a) arrecadar o maior número de documentos da época, seja por meio de entrevistas ou em instituições de memória (cartografias, artefatos, entre outros), confrontando-as com leis e ideologias que existiam nesse período, a fim de desmitificar possíveis estratégias ou ocultamentos; b) levar em consideração que a falta de materiais ou a ocorrência de “hiatos temporais” também podem significar pistas para análise do período, sejam eles intencionais ou não; c) procurar sempre relacionar a seu recorte de escalar com outras escalas, pois um espaço é resultado de diferentes influências, que nem sempre restringe-se aquela temporalidade ou fronteira; d) buscar entender os processos de patrimonialização, quais as intencionalidades em resguardar determinados bens e outros não; e) levar em consideração as mudanças técnicas como uma possível forma de empiricização do tempo, assim como aponta Milton Santos (2006), visto que elas apontam as qualidades com que a sociedade produz e se relaciona com o espaço historicamente.

No caso das cidades brasileiras, que apresentam uma longa história e múltiplas territorialidades no processo formativo, o mais importante é tentar escapar de diacronismos, ou seja, de não entender a formação territorial brasileira como algo evolutivo e linear. A vista disso, acredita-se que aqueles que busquem pesquisar sobre essas espacialidades devem examinar as continuidades e rupturas desses processos, porque temos transformações em momentos e escalas dispersas, que acabam moldando os lugares segundo variadas intencionalidades. Para tanto, é preciso examinar o contexto e as fontes, o que está evidente e o que foi ocultado, considerando os atores hegemônicos e subalternos, tempos considerados rápidos ou lentos, espaços luminosos e opacos, a fim de que não reproduza-se uma História Oficial e sim a complexidade do local, pois que o que sobrevive não é o “conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada das forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo” (LE GOFF, 1995, apud, ALMEIDA, 2016, p.84).

Sendo assim, deve-se buscar entender os fatores de formação desses espaços, tomando como referência as cartografias iniciais para entender essa realidade. Cabe não esquecer, de “examinar os agentes mais importantes, externos e locais, que contribuíram



para modelar a cidade, como o Estado, a Igreja, os Agentes Econômicos, os diferentes estratos da população” (VASCONCELOS, 2009, p.155), aqueles que interferem verticalmente na formação do espaço. Destaca-se, que o fator religioso continua sendo no mundo moderno um dos agentes de produção do espaço, suas práticas continuam preservando estruturas e remodelando materialidades temporária ou permanentemente. Pensando nisso, busca-se nesse próximo capítulo apresentar os esforços dos grupos hegemônicos durante a História do Brasil para regulamentar as estruturas espaciais de várias cidades brasileiras. Como exemplo prático e de aplicação do uso da Geografia histórica e da Afrocentricidade, será apresentado no último capítulo algumas reflexões sobre essa interferência na formação territorial da cidade de Carangola (MG).

2 - DA CATEQUIZAÇÃO À EXPANSÃO – ENTENDENDO AS ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA SOB O REGIME DO PADROADO

Os resquícios de tempos passados ainda são sentidos no Brasil; em pleno século XXI é possível notar que grande parte dos problemas que existem hoje são resultado do processo de colonização e de sua organização territorial. O impulso inicial para a formatação das cidades em solo brasileiro, advém da grande influência da cultura cristã e da Igreja Católica Apostólica Romana, uma complexa organização que disseminou seu poderio ao longo do tempo por meio da expansão de seus territórios – territorialidades.

Um dos acontecimentos marcantes que teve relação com o que foi projetado para o Brasil foi adoção do regime sesmarial (doação de terras por uma autoridade a um sesmeiro, povoador que tinha como responsabilidade o cultivo e a expropriação da gleba) é exportado para o Brasil, porém ele acabou sofrendo muitas adequações, devido a diferente realidade que essa colônia apresentava, isto é, a resistência de “povos hostis”. Dessa forma, mesmo com o direito sob o solo, era muito difícil conseguir seguir as exigências da lei, ou seja, mantê-lo e cultivá-lo. Decerto, o que nos importa nesse artigo é apresentar que havia algumas exigências para além da obrigatoriedade do cultivo do solo, pois o que dava legitimidade à posse, é o “pagamento do dízimo à Ordem de Cristo, o que na realidade queria dizer pagamento à própria Coroa. Mais do que um imposto cobrado dos que recebiam terras, o dízimo era a justificativa mesmo do processo de conquista” (ABREU; FRIDMAN; HAESBAERT, 2014, p.273). Ao simbolizar essa



relação – Estado-Igreja - apontamos o que acabou sendo peça fundamental do processo de organização territorial do Brasil.

Esse imbricamento de forças políticas eclesiásticas e estatais, ficou conhecido como Regime do Padroado, no qual os monarcas portugueses recebiam uma delegação enviada pelo papa para implantar e fortalecer a instituição eclesiástica na colônia. Dessa forma, caberia a eles a fundação de “paróquias, dioceses e conventos, a nomeação de párocos, cônegos e bispos, a escolha de missionários para a catequese, a construção de igrejas e capelas, para remuneração do clero. Em síntese, o monarca luso torna-se o chefe efetivo da Igreja do Brasil” (AZZI, 1981, p.8), podendo exercer “o governo civil e religioso no ultramar através de seus representantes, entre eles os clérigos que se tornavam funcionários ao receberem a cômputa paga pela Fazenda Real”. (FRIDMAN, 2009 p. 94).

Ressalta-se, que devido a extensão do território e a dispersão dos indivíduos em busca de melhores condições de vida para além das áreas controladas pela coroa, a introdução do catolicismo no Brasil não foi feita apenas por agentes especializados, mas também pela ação de colonos leigos. Era o catolicismo popular se fortificando com “muita reza, pouca missa, muito santo, pouco padre” (ROSENDHAL, 2012, p.112), que tinha a aceitação do bispo e pároco, porém com poucos vínculos com a sede em Roma Isso fez com que essa prática religiosa assumisse no Brasil particularidades inerentes aos lugares, ou seja, com pouca intervenção institucional entre homem e divindade, algo distinto do praticado na Europa, e que buscou instalar-se nas terras colonizadas

Não bastava, contudo, erguer a ermida; não bastava construir, por melhor que fosse, uma capelinha; era necessário oficializá-las. Não era suficiente dotar o povoado de um abrigo para o exercício religioso em comum; era necessário sagrá-lo. A sacralização iria tornar esse abrigo uma ermida também para a Igreja, uma capela reconhecida como tal, uma capela curada, ou seja, visitada regularmente por um padre. (MARX, 1991, p. 19).

O reconhecimento de uma capela garantiria um novo patamar econômico, significava a ascensão de toda uma região inóspita, seja pela hierarquização enquanto paróquia ou freguesia.

É o património religioso, pelo qual o proprietário de uma gleba de terras escolhe certa área para doá-la ao Santo de sua devoção através de documento público em que o beneficiário é representado pela autoridade, eclesiástica ; assim fazendo, o proprietário torna patente sua fé e demonstra o desejo de vê-la difundida por intermédio da Capela que significará o sinal de posse, ao mesmo tempo que espera auferir lucros



com a valorização e a posterior venda dos lotes situados na área que continha de sua propriedade (AZEVEDO, 1956, p.57)

É visível que a doação não significava apenas busca por devoção, pois trazia aos fazendeiros uma série de retribuições, fator que pode ter desencadeado estratégias por parte desses senhores para adquirir prestígio e assistencialismo. A dependência da doação de terras patrimoniais “pode ser interpretado como um sistema patriarcal do domínio político e uma mistura entre a coisa pública e o negócio privado na ordem espacial” (FRIDMAN, 2009 p. 96). Nestas circunstâncias, o espírito da religião cristã sofreria uma espécie de deturpação fundiária, na qual “em cada localidade mandava uma família ‘dona’ da religião e [...] o padre estava mais ligado ao clã que ao bispo” (*Ibidem*). Isso fomentou a “invenção” de variadas localidades, que de alguma forma utilizaram da religião para ascender economicamente.

Estes aspectos “podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por toma-lo ou mantê-lo” (SOUZA, 2018, p.78). Assim sendo, torna-se uma questão fundamental para entendermos algumas estratégias visualizada no processo de emancipação e criação do mito de fundação da cidade de Carangola (MG) fomentada pela construção da Igreja Matriz de Santa Luzia. Assim como problematizado anteriormente, seu desenvolvimento é fruto de iniciativas de antigos fazendeiros que moravam nesse local e sua emancipação possibilitou a satisfação de seus interesses.

3 - NOS LIVROS UMA MEMÓRIA, NAS ENTRELINHAS OUTRO PASSADO: – INVISIBILIZAÇÕES DO PROCESSO FUNDAÇÃO DA CIDADE DE CARANGOLA (MG)

Durante o período colonial e imperial brasileiro, os Sertões do Leste não possuíam uma delimitação precisa, englobando áreas dos vales do rio Paraíba do Sul, do rio Doce e a porção leste de Minas Gerais, que é hoje a Zona da Mata Mineira. Salienta-se que, no berço da colonização, essa área era composta por matas densas que segundo Lamas (2006), funcionava como barreira natural para coroa portuguesa, uma vez que nessa época (século XIX) extraía metais preciosos na capitania de Minas Gerais. Porém, havia grande fluxo nessa área tida como desabitada antes do século XIX; dentre os indivíduos dispersos tínhamos indígenas e escravos refugiados, além de “aventureiros e comerciantes de



drogas do Sertão à semelhança dos colonos dos tempos em que Portugal possuía domínio sobre essas paragens”. (ALMEIDA, 2016, p 58)

Este local também servia como refúgio de fuga daqueles que estavam devendo algo para justiça, isto é, um esconderijo para não ter contato com o público. Tal fato ocorreu com padres ditos não dignos, mandados para as matas como sinal de castigo. (GAZETA DE CARANGOLA, edição histórica, 1882-1982). É válido lembrar, que em grande parte do período colonial o governo português proibiu a entrada e fixação de Ordens Religiosas nas regiões de mineração calcando no argumento de que teria sido tais agentes religiosos os principais responsáveis pelo desvio do ouro e por inflamarem a população daquela região ao não pagamento de tributos. Porém, o catolicismo se fez presente tanto nos núcleos povoamento consolidados em áreas de mineração como nas ditas “áreas proibidas” dos sertões, sobretudo pelas iniciativas laicas dos próprios habitantes que ali se estabeleciam

Não se sabe ao certo quando o catolicismo se instaurou na atual cidade de Carangola (MG), porém é notável que seu surgimento está atrelado ao complexo e descontínuo processo de ocupação do espaço brasileiro pelos lusitanos. As bibliografias locais, não nos revelam muito sobre a ocupação do local, entretanto, apresentam que a mistura de sertanistas e faiscadores em busca de metais e poaia nos Sertões do Leste, atrelado à escravização dos índios que habitavam o local, promoveu na primeira metade do século XIX a expansão da presença branca no local, apresentando já “no decênio de quarenta, um número de roças expressivos”. (MERCADANTE, 2003, p.32).

Segundo o IBGE (2017) Arraial Novo (povoado que deu origem a Carangola (MG) – “não teve um fundador, pois constituiu-se numa obra de grandes fazendeiros que se estabeleceram nos arredores, algumas décadas antes do início da formação do povoado, na década de 1840”. Devido o arraial pertencer anteriormente à cidade de Mariana –MG, na medida que iam se formando novas vilas, “fazia-se mister a construção de capelas e igrejas, em redor das quais se estabelecia um comércio”. (GAZETA DE CARANGOLA, edição histórica, 1882-1982, p.11). Para favorecer o povoamento e o desenvolvimento de suas áreas, os donos de terras começavam a oferecer parte de suas propriedades para a Igreja.

1859 - José Moreira e sua mulher Maria do Carmo Novaes juntamente com Manoel José da Silva Novaes e sua mulher Umbelina Rosa de Jesus adquiriram por 500 mil reis a Francisco Pereira de Souza uma grande extensão de terras, para serem doadas à Mitra Diocesana de



Mariana e destinadas à formação do patrimônio (castrum) da futura freguesia (paróquia) de Santa Luzia do Carangola [...]. (CARELLI, 2002, p.94)

Nessa época existiam apenas duas freguesias na região, à de São Francisco do Glória e a de Tombos do Carangola, que administravam em vigilância da Diocese de Mariana os registros populacionais, assim como feito hoje pelos cartórios, pois ainda se preponderava o entrelaçar entre Estado-Igreja. Segundo Mercadante (2003), esse período de constituição “urbana” findou uma luta política nas urnas entre Chimangos e Cascudos (também denominados Saquaremas) e antes mesmo da fundação de Santa Luzia, os dois partidos se armam, pois, Arraial Novo (atual Carangola) pertencia e/ou era curato da freguesia de Tombos, mas os primeiros eram liberais e os segundos conservadores. Esse fato, influenciou diretamente na vida religiosa da cidade, porque os Liberalistas após o malogro de seu movimento, buscaram homenagear os vencidos, dando ao povoado o nome de Santa Luzia do Carangola pela “Lei provincial nº 1860, de 07-10- 1860”. (IBGE, 2017).

1859 – Em reunião presidida pelo padre Antônio Bento Machado, Vigário Encomendado da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Tombos do Carangola, realizada na Igreja Matriz do arraial, um grupo de elementos do Partido Liberal decidiam construir no povoado de Carangola uma capela tendo por orago Santa Luzia. Os motivos da construção desta capela eram de ordem política e não religiosa. Sendo a Freguesia de Tombos um reduto político do Partido Conservador, os liberais de Carangola resolveram construir a futura Matriz [...] para não assistirem atos religiosos em capela de conservadores. (CARELLI, 2002, p.210)

Sob tais circunstância, acredita-se que a relação entre santa e cidade, não foi especificamente subjetiva ou hierofânica, mesmo que memorialistas tenham revelado que a escolha da padroeira tenha se dado por uma promessa advinda de um dos fazendeiros criadores do antigo arraial. Cabe-se aqui alguns esclarecimentos, pois em 1857 “realizava-se a benção da capela de Nossa Senhora do Rosário, o primeiro templo católico edificado nesta cidade” (CARELLI, 2002, p.451)., dois anos antes da construção da Igreja de Santa Luzia. Essa primeira igreja certamente era local de devoção e autonomia de negros escravizados que lá habitavam, cuja à devoção marca toda a história nacional.

Ressalta-se que as lacunas explicativas existentes na história da cidade, não elucidam claramente as intencionalidades que existiam no contexto político-religioso da cidade, pois mesmo com a existência dessa primeira edificação, por quê buscou-se erguer outro templo com o intuito separatista? É válido lembrar que, da época do Império a



República e desta para o Estado Novo, o que se perpetuou no país foi uma transposição de um modelo escravagista para a sociedade capitalista, os negros não gozaram de nenhuma política de integração, pois “o interesse das elites e do governo brasileiro era excluir o negro do plano político, social e econômico” (SILVA; SANTOS, 2012, p.3).

Acredita-se assim, que essa ideologia propagada no Brasil, tenha fomentado um processo de segregação socioespacial entre os moradores da nova Santa Luzia do Carangola; no qual os brancos e as elites não aceitavam ocupar o mesmo espaço que negros. Em suma, a “adequação aos ‘estilos urbanos de vida’ era privada aos negros onde estes não possuíam condições mínimas de sustentar e de participar economicamente, culturalmente e socialmente do meio urbano” (Ibidem, p.6); evidenciando que seria um desacato ou uma ofensa que uma Igreja matriz – símbolo de poder, tivesse uma protetora que remetia à devoção/proteção de povos inferiorizados e muito menos que esta, poderia se localizar em zonas periféricas, pois não estaria de acordo com os padrões vigentes da época, que buscava a partir da irradiação da áreas centrais, acelerar o crescimento urbano e fortificar a hegemonia da cultura cristã nas cidades.

Neste sentido, é possível considerar que a criação da matriz contribuiu para a invisibilização daqueles que possivelmente contribuíram para constituição de Carangola (MG,) pois até nas histórias que rondam o nome da cidade encontram-se referências da cultura africana. A exemplo disso, Mercadante (1990) cita que o vocábulo Carangola seria híbrido, formado de cará, do tupi e angola do Quibundo N’gola, nome de um soba, vassalo do rei do Congo. Ademais, sua origem está relacionada, pois “há duas povoações que existiriam em Angola – Cangola, no Conselho de Pombo e Carangolo, no Conselho Ganda”, ambas situadas em locais onde traficantes obtinham os escravos (Ibidem, p.48).

À vista disso, considera-se que “a cultura está intimamente ligada ao estudo do poder. Um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como objetiva e válida cultura para todas as pessoas”. (COSGROVE, 1998, p.226). O autor Bonnemaïson (2012) também reitera essa questão ao afirmar que “toda cultura se encarna, além de um discurso, em uma forma de territorialidades, não existe grupo cultural que, de uma maneira ou de outra, não se tenha investido física e culturalmente num território” (p.286). Assim, o objetivo é criar uma espoliação das lembranças e do direito à memória (BOSI, 1994), definindo um dos mais cruéis exercícios de opressão sobre os sujeitos: a negação do direito de afirmar-se como “ser” a partir de sua história e memórias. Um processo de negação das formas de



subjetivação. Em suma, “não há dúvida de que, no Brasil, a questão racial é central para a ‘questão urbana’ contemporânea” (FISCHER, 2020, p.4) e que suas construções ideológicas ainda ressoam na sociedade, visto seu processo histórico formativo que perdurou décadas.

Dessa forma, pode-se dizer que a constituição urbana de Carangola (MG) é resultado de lutas históricas de poder, na qual seu território estrutura-se para manutenção da religião e de seus ideais eugênicos. Assim sendo, a análise aqui proposta compreende que a produção do espaço não é uma realidade apenas do presente, mas sim a resultante de práticas socioculturais particulares e históricas, que mostram como determinados grupos dominante conseguiram construir as espacialidades segundo seus interesses, a partir de estratégias de aculturação de outros sujeitos, construindo não apenas cidades, mas também sua história e identidade; práticas discursivas que precisam ser constantemente indagadas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme fora proposto neste trabalho, o interesse foi o de apresentar a importância da Geografia Histórica no estudo sobre as atuais cidades brasileiras e sua forte relação com o catolicismo ao longo do tempo. Ressalta-se que a espacialidade da religião católica já foi alvo de variados estudos em Geografia, porém poucos são os estudos que analisam a construção de uma rede urbana formada nos Sertões do Leste por interesses de fazendeiros, que utilizaram da religião como fonte de ascensão de prestígio para suas terras. Acrescenta-se que, os estudos sobre essa região ainda são escassos, principalmente o sobre pequenas cidades, visto que sua historiografia foi relegada à posição secundária devido o ciclo aurífero nas Minas Gerais, foco de pesquisas regionalistas/estruturalistas e pouco fenomenológicas.

Por este estudo tratar de uma pesquisa com recorte temporal específico, da última década do século XIX e ter a sua produção científica fundamentada sob estudos históricos e memoriais, a escolha do referencial metodológico embasado na Geografia História com interfaces nos estudos culturais foi de fundamental importância para entender uma série de problemáticas ocultas na história, mas evidentes no espaço-tempo presente. Conforme percebeu-se, embora haja geógrafos que insistam em desconsiderar os fragmentos do pretérito enquanto parte do processo de produção do espaço, como se fossem uma



realidade acabada, o entendimento da atual cidade de Carangola (MG) aqui só foi possível por estar embasada em documentos e demais registros historiográficos, que apontaram de maneira concisa as atuações dos sujeitos de determinado período que construíram uma paisagem, identidade e memória excludente.

Por fim, destaca-se que a apresentação sobre as formas de operacionalização dos métodos empregados nesse estudo, auxiliará futuros geógrafos que busquem analisar as cidades em sua complexidade histórica. Mais do que respostas, o propósito desse artigo foi de fazer com que os geógrafos que estão se preparando para desenvolver suas pesquisas repensem sobre as potencialidades e cuidados que devemos ter ao fazer um trabalho que trate de uma realidade passada. A apresentação prática sobre o uso dessas ferramentas no estudo sobre a espacialidade carangolense permitiu compreender que para além das narrativas cristalizadas no lugar, ainda é possível encontrar problemáticas que ainda hoje permanecem, principalmente no que se refere aos grupos excluídos ou subalternizados. Essa análise, ainda em andamento, permitiu mesmo que em caráter introdutório revelar que fundação da cidade de Carangola (MG) é resultado de estratégias das elites agrárias e dos eclesiásticos que necessitam de mais abordagens.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de Almeida, HAESBAERT, Rogério.; FRIDMAN, Fania (Org.). **Escritos sobre Espaço e História**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. v. 1. 464p .

ALMEIDA, Sergio Antônio de Paula. **No livro a raiz, na lembrança o passado. Fragmentos culturais e memória dos descendentes declarados de indígenas de Mirai**. 2016. 174f.. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

AZEVEDO, A. de. Vilas e Cidades do Brasil Colonial. Ensaio de geografia urbana retrospectiva. São Paulo: FFLCH-USP, 1956, 96p. **Boletim da FFCL, Geografia**. Disponível em:<<https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/113>> . Acesso em 10 out 2020

AZZI, Riolando. Igreja e Estado no Brasil: um enfoque histórico. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, Ano XII, n.29/30, Jan/Dez, p.7-17, 1981.

BARROS, José D'Assunção. História, espaço e tempo: interações necessárias. **VARIA HISTÓRIA** (UFMG. IMPRESSO), v. 22, p. 460-475, 2006.



BESSE, Jean-Marc. **O Gosto do Mundo: Exercícios de paisagem.** As cinco portas da paisagem – ensaio de uma cartografia das problemáticas paisagísticas contemporâneas. Tradução de Annie Cambe, - Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014. p.11-66.

BONNEMAISON, J. **Viagem em torno do território.** In: CORRÊA; ROSENDAHL (coord.) Geografia Cultura: uma antologia (1). Rio de Janeiro: Eduerj, 2012.

BOSI, E. **Memória e sociedade:** lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARELLI, Rogério. **Efemérides Carangolenses.** Viçosa. Editora Folha de Viçosa, 2002

CORREA, R. L. A. **Espaço e Simbolismo**, p.133 – 153. In: CASTRO, I. EI; GOMES, P. C. C; CORREA, R. L. A (Org.). Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço. 1ed.Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, v.1.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: **Paisagem, Tempo e Cultura.** CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

ERTHAL, Ruy. Geografia Histórica – Considerações. In: **Revista Geographia**, vol.5, no 9, 2003. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13442/864>. Acesso em 10 out 2020.

FISCHER, Brodwyn Michelle. **A ética do silêncio racial no contexto urbano: políticas públicas e desigualdade social no Recife, 1900-1940.** In: ANAIS DO MUSEU PAULISTA São Paulo, Nova Série, vol. 28, 2020, Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/156261>>. Acesso em 10 out 2020

FRIDMAN, Fania. Freguesias fluminenses ao final do Setecentos. In: **Revista IEB**, no 49, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34641/37379>. Acesso em 10 out 2020

GAZETA DE CARANGOLA. Edição Histórica. **Carangola é vida – 1882/1982.** 1º centenário de Carangola

IBGE. **Carangola.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/carangola/historico>>. Acesso em 10 out 2020.

LAMAS, Fernando Gaudereto. **Povoamento e colonização da Zona da Mata Mineira.** Histórica (São Paulo Online), São Paulo, v único, n.8, p 1-9, 2006.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado.** Proj. História, São Paulo, (17), Nov. 1998, p. 71

MAIA, Doralice Sátyro. Geografia Histórica Urbana: Notas de pesquisa. **Terra Brasilis (Nova Série).** Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, v. 12, p. 1-17, 2019.

MARX, Murillo. **Cidade brasileira.** São Paulo: Edições Melhoramentos/Ed. da universidade de São Paulo, 1980



MERCADANTE, Paulo. **Crônica de uma comunidade cafeeira: Carangola: o vale e o rio**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.

_____. **Da aventura pioneira ao destemor à travessia: Santa Luzia do Carangola**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2003.

ROSENDAHL, Zenny. **Primeiro a obrigação, depois a devoção**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

SOUZA, Marcelo Jose Lopes. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. p. 77-116. In: Geografia: Conceitos e temas. Castro, Iná Elias; Gomes, Paulo Cesar da Costa; Corrêa, Roberto Lobato. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SILVA, Marcelo Werner da. A Geografia e o estudo do passado: Conceitos, periodizações e articulações espaço-temporais. **Terra Brasilis (Nova Série)**. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, v. 1, p. s/n-s/n, 2012.

SILVA, T. D.; SANTOS, M. R. **A abolição e manutenção das injustiças: a luta dos negros na primeira república brasileira**. In: IV Seminário Nacional de Estudos Culturais Afro-brasileiros e I semana Afroparaibana., 2012, João Pessoa: Cadernos Imbondeiro.

VASCONCELOS, P. A. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. **Geotextos** (Salvador), v. 5, p. 147-157, 2009.